

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS ENTRAVES À ACESSIBILIDADE NO CONVÍVIO ESCOLAR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

INCLUSIVE EDUCATION: THE OBSTACLES TO ACCESSIBILITY IN SCHOOL LIFE AND PEDAGOGICAL PRACTICE

EDUCACIÓN INCLUSIVA: LOS OBSTÁCULOS A LA ACCESIBILIDAD EN LA VIDA ESCOLAR Y EN LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA

Mariza Miranda Pereira¹

Débora Araújo Leal²

Aline Nazaré Nogueira³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo demonstrar que a educação Inclusiva é um tema presente nos debates atuais na educação, nos últimos anos, provocado por vários seguimentos da sociedade civil organizada, em busca de qualificar o debate, em prol de uma proposta inclusiva e de qualidade, portanto acessível. Ainda apresenta os desafios para diminuir as desigualdades sociais para a inclusão. No campo educacional, as pesquisas, e estudos realizados apontam avanços quanto ao investimento público na educação nos últimos anos, contudo, é pouco se compararmos com os investimentos feitos ao longo da história da educação. Neste artigo se investigou questões pertinentes como: quais os entraves à acessibilidade no convívio escolar e na prática pedagógica, a luz de uma educação inclusiva. Neste sentido a investigação foi com o objetivo de analisar como é compreendida a Educação Inclusiva, bem como, evidenciar o conflito existente e apontar alternativas positivas que facilite uma atitude e prática pedagógica Inclusiva na rede de ensino de uma escola em Brasília - DF. Desta forma, utilizou-se investigação bibliográfica e de campo sobre a luz do método científico indutivo na metodologia qualitativa. E através de entrevistas, relatos pessoais, e observação. Além de analisar a formação continuada na área específica de educação inclusiva, a falta de condições estruturais e ambientais, falta de material didático e de metodologia como entraves, que dificultam a inclusão de muitos alunos, em especial os que necessitam da educação especial.

1866

Palavras Chaves: Educação Inclusiva. Entraves. Discriminação.

¹ Doutora em Ciências da Educação pela EBWU - Emil Brunner World University. Pós-graduada em Administração Escolar pela Faculdade Integradas de São Gonçalo. Pós-graduada em Psicanálise pela Famart. Professora da secretaria de Educação do Distrito Federal- DF. Pedagoga.

² Pós – Doutora em Docência Universitária pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR-AR, Doutora em Ciências da Educação pela Uninter - PY e Coordenadora Pedagógica em Feira de Santana – BA.

³ Doutora em Ciências da Educação pela ACU - University Christian Absolute, Mestre em História da Educação pela Universidade de Lisboa - Professora da secretaria de Educação do Distrito Federal - DF. Pedagoga e bacharel em Direito.

ABSTRACT: The aim of this article is to demonstrate that Inclusive Education is a theme that has been present in current debates in education in recent years, provoked by various segments of organized civil society, seeking to qualify the debate in favour of an inclusive and quality proposal, which is therefore accessible. It also presents the challenges of reducing social inequalities for inclusion. In the field of education, research and studies point to advances in public investment in education over the last few years, but this is little compared to the investments made throughout the history of education. This article investigated pertinent questions such as: what are the obstacles to accessibility in school life and pedagogical practice, in the light of inclusive education. In this sense, the research aimed to analyze how Inclusive Education is understood, as well as to highlight the existing conflict and point out positive alternatives that facilitate an Inclusive pedagogical attitude and practice in the education network of a school in Brasília - DF. In this way, bibliographical and field research was used in the light of the inductive scientific method in the qualitative methodology. And through interviews, personal accounts and observation. In addition to analyzing continuing training in the specific area of inclusive education, the lack of structural and environmental conditions, lack of teaching materials and methodology as obstacles, which hinder the inclusion of many students, especially those who need special education.

Keywords: Inclusive education. Barriers. Discrimination.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es demostrar que la Educación Inclusiva es un tema que ha estado presente en los debates actuales de la educación en los últimos años, provocado por diversos segmentos de la sociedad civil organizada, buscando cualificar el debate a favor de una propuesta inclusiva y de calidad, por lo tanto accesible. También presenta los desafíos de reducir las desigualdades sociales a favor de la inclusión. En el campo de la educación, las investigaciones y estudios realizados señalan avances en la inversión pública en educación en los últimos años, pero esto es poco en comparación con las inversiones realizadas a lo largo de la historia de la educación. Este artículo investigó cuestiones pertinentes como: cuáles son los obstáculos a la accesibilidad en la vida escolar y en la práctica pedagógica, a la luz de la educación inclusiva. El objetivo de la investigación fue analizar cómo se entiende la Educación Inclusiva, así como destacar el conflicto existente y señalar alternativas positivas que faciliten una actitud y práctica pedagógica inclusiva en la red educativa de una escuela de Brasília - DF. Para ello, se utilizó la investigación bibliográfica y de campo a la luz del método científico inductivo en la metodología cualitativa. Y a través de entrevistas, relatos personales y observación. Además de analizar la formación continua en el área específica de la educación inclusiva, la falta de condiciones estructurales y ambientales, la falta de materiales didácticos y metodología como obstáculos que dificultan la inclusión de muchos estudiantes, especialmente aquellos que necesitan educación especial.

Palabras clave: Educación inclusiva. Barreras. Discriminación.

INTRODUÇÃO

As várias formas de desenvolvimento que ocorreram entre as civilizações existentes no planeta terra carregaram consigo conflitos sobre as várias concepções de paradigmas de sociedade. Desafios, enormes que se evidenciam nas pesquisas e nas literaturas de vários autores que tratam

desse assunto.

Ao longo da vida, vivencia-se e presencia-se varias práticas humanas, que causam estranheza por se tratar de atitude humana, que até as experiências vividas pensava ser impossível um ser humano agir de forma diferente para o trato entre seres humanos sobre os valores respeito e urbanidade.

O efeito negativo da discriminação, quando a pessoa experimenta essa barreira, seja por gênero, pelo peso, pela origem camponesa ou de lugar periférico, pela religião, pela raça, pela condição social entre outra, pode haver um efeito destrutivo e humilhante, capaz de causar efeito para o resto da vida. Sentindo-se incapaz de desempenhar papeis que lhe são oportunizados ao longo da vida, na sociedade, por não acreditar em seu potencial. Paulo Freire, (1996, p. 36) afirma que a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente à democrática.

Diante dessa situação conflitante, surgiu à indagação que chama atenção qual motivou escrever a respeito. Exatamente para estudar quais os problemas que impedem as pessoas ou os profissionais de educação a terem uma atitude não discriminatória ou não preconceituosa, assim como propor indicadores que induza a atitude a uma educação inclusiva.

1868

A educação, apesar de ser um direito universal, ainda parece ser algo inatingível para muitos cidadãos brasileiros, em especial, os cidadãos que carregam consigo o estigma da discriminação. A discriminação dificulta o acesso à educação, direitos humanos, reconhecido na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes Básica da Educação de 9394/1996 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, publicado em 2013, pelo Ministério da Educação.

Desse modo, a Educação Inclusiva passa ser um direito a ser conquistado, podendo estar inserida em todas as modalidades e formas de ensino e nos diversos seguimentos da sociedade. Ao contrário torna-se um grande desafio aos profissionais da educação, haja vista que só sua prática pedagógica é necessária, mas não seria suficiente para atender a legislação em vigor.

Neste sentido, precisamos aprender e reaprender atitudes humanísticas, que eleve e enriqueça a autoestima das pessoas e elimine toda forma de preconceito, e atitude negativa e humilhante, assim, precisamos também rever os paradigmas existentes de educação e nos encorajar e partir para outras formas de educar, onde o ser humano seja olhado como diferente e não como estranho.

Desta forma, a Educação no século XXI, no Brasil, entre tantos desafios apresentados aos educadores destaca Educação Inclusiva, como uma ponte para uma educação humanística

tornando-se um desafio tanto para os professores como para os alunos, gestores e pessoal de apoio. Os profissionais da educação parecem um tanto preocupados com a falta de conhecimento a respeito da educação inclusiva, pois vários profissionais da rede quando ouvem a respeito do tema, logo vem à ideia expressa na linguagem educação especial.

Todavia, o Sistema Municipal de Ensino, em tramitação desprovida de um arcabouço legal, de estrutura física e de profissionais qualificados remete as Escolas da rede à responsabilidade de atender a Educação Inclusiva, recaindo ao Professor o desafio para a ação pedagógica. Nesta perspectiva, cresceu ainda mais a motivação à pesquisa dos entraves que impede uma atitude pessoal a uma prática pedagógica Inclusiva.

Neste contexto, o tema, Educação Inclusiva: os entraves à acessibilidade no convívio escolar e na prática Pedagógica são pertinentes, haja vista que o despreparo tornou um dilema e um desafio para as escolas frente à realidade local. O que pareceu problemático, a partir das evidências cotidiana relatadas.

Para facilitar o estudo, elegemos algumas questões norteadoras, assim organizadas: Quais as dificuldades, para ter uma atitude pessoal inclusiva e para trabalhar uma educação inclusiva? Como é compreendida educação inclusiva pelo Sistema Educacional e pelos profissionais da educação? Como acontece a educação para as pessoas com deficiência na escola? Qual a importância da formação continuada? A proposta pedagógica contida no PPP da escola é Inclusiva? Quais conhecimentos que os pais e profissionais do sistema educacional têm a cerca das legislações em vigor sobre educação inclusiva e da educação especial?

1869

O objetivo também é analisar como é compreendida a Educação Inclusiva, bem como, evidenciar o conflito existente e apontar alternativas positivas que facilite uma atitude à prática pedagógica Inclusiva na rede municipal de ensino.

O artigo justifica-se pela necessidade de encontrar respostas para indagações, mas que além, possa levantar respostas significativas para os sistemas educacionais, quanto à educação Inclusiva, haja vista que o tema é de cunho universal, mas que busca atitude individual e local, busca também, sensibilizar os profissionais da educação, para uma reflexão quanto à busca de prática alternativa educacional, que proporcione mudanças de atitude no convívio social. Assim como, identificar fatores internos e externos, que entrava a efetivação de uma Educação inclusiva.

Para que se possa compreender a dimensão da Educação Inclusiva torna-se necessária muita leitura e pesquisa. Refiro-me leitura de mundo, como bem define Freire (1996). O artigo contará com aporte teórico de autores como Paulo Freire, Saviani, Ribeiro, Brandão, Sampaio,

Silva, Fernandes, Mosquera, Luis Araújo, Tedesco, Gil e Sordi, além de leis, entrevista e documentos que respaldará o assunto tratado.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O ser humano por estar em constante transformação e por ser inacabado, sempre estará em busca de novos conhecimentos para responder suas indagações. (Freire 1996) afirma na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. Assim, continua o autor mais a frente.

Não é possível ser gente sem, desta ou daquela forma, se achar estranhado numa certa prática educativa. E estranhado não em termos provisórios, mas em termos de vida inteira. O ser humano jamais para de educa-se. Numa certa prática educativa não necessariamente a de escolarização, decerto bastante recente na história, como a entendemos. Daí que se possa observar facilmente quão violenta é a política da Cidade, como Estado, que interdita ou limita ou minimiza o direito das gentes, restringindo-lhes a cidadania ao negar educação para todos¹. (FREIRE, 2014, P.26)

1870

O autor continua dizendo que,

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundem aí. (PAULO FREIRE, 2014, P.25)

Na mesma, contexto Brandão afirma,

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (BRANDÃO, 2007. pg.8)

Brandão analisa vários conceitos de educação, em seu livro, sobre “o que é educação?” Contudo, o mesmo, afirma que há uma grande diferença entre como é idealizado a educação pelos dirigentes do País, e como é idealizada pelos que praticam a educação. Os dirigentes fazem materializar suas ideias através das legislações e os praticantes fazem materializar na ação diária da sala de aula. Na ação diária, observa-se uma grande divergência entre o que a lei estabelece como direito e como esse direito é negado.

Por todas essas afirmações, é que nos vem à cabeça a indagação, entender o porquê, que a

educação, sendo uma condição do ser humano, que ninguém está isenta dela, ainda tem muitos seres humanos que não tiveram ou tem pouco acesso à educação formal. Sendo esta, a única, que de forma sistemática o Sistema reconhece como legal, para efeito de inserção do cidadão no mercado de trabalho.

Contudo, neste trabalho nossas reflexões são para uma educação inclusiva compreendendo a dimensão que (Paro. 2003. P. 29) define. Educação, em seu sentido pleno e rigoroso, consiste no processo pelo qual o ser humano constrói sua personalidade humano- social pela apropriação do saber produzido historicamente.

O autor reforça que,

O saber, aqui, não diz respeito apenas a informações, a que se costumam reduzir às disciplinas escolares, do modo como são ensinadas na escola tradicional. Saber envolve conhecimentos, valores, crenças, tecnologia, arte, filosofia, visão de mundo, tudo, enfim, que se sintetiza na cultura, em seu sentido mais amplo, que abrange tudo aquilo que o homem cria para produzir-se historicamente. (PARO. 2003. P. 29).

Nesse entendimento que Freire (2014. P. 24) afirma:

Aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórico- social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a dúvida, a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia.

Ainda, para Sampaio, (2003. p. 30),

A verdadeira educação, no entanto, é o tipo de ação social que exige que seu conteúdo seja intrinsecamente desejável por quem se educa, porque só sendo sujeito (autor, que realiza sua vontade) se é educado, porque esta é a condição que funda a orientação para viver bem. Inclinado para o viver bem, o aluno resiste a um ensino penoso, desinteressante, que lhe nega tudo aquilo que o estimule, que lhe de prazer, tomando-o como fosse um mero mecanismo que processa informações sem exercitar sua condição de sujeito. E toma-lo como sujeito é supô-lo um ser de vontade, que só aprende se quiser. Como ninguém nasce querendo aprender, a tarefa primeira da educação é leva-lo a isso, a ter gosto pelo saber e pela cultura, já que este é também um componente cultural que precisa ser aprendido. Supõe-se que a escola seja capaz disso, ou então não tem função social algum.

Pensar a inclusão a partir do que Aurélio, nos explica, significa refletir que incluir não significa aceitar o outro, e sim, fazer parte é estar incluído. Portanto, a cultura de preconceito que discrimina as pessoas, deverá ser abolido para poder dar lugar a inclusão das pessoas a tudo que a ela for de direito, se quisermos uma sociedade inclusiva. SILVA (2009. p. 31) Argumenta que o modelo de desenvolvimento implementado no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil.

Para Paro (2014) O viver bem, a construção da liberdade, exige a apropriação da cultura, para que se usufrua forma mais integral possível da herança histórica que a humanidade produziu. Como é possível viver bem e ter liberdade, em uma sociedade excludente.

Podemos pensar que Incluir necessariamente significa que todos sem distinção de raça, etnia, gênero, religião, classe social, condição física, peso, nível educacional, orientação sexual, região geográfica, etc. tem direitos a tudo que a natureza disponibiliza para desenvolver a vida, aos bens, serviços e todos meios necessários à vida e vida saudável. Inclusive, o direito a escolha. Bem como, o direito a educação, já que dela precisamos para nos tornar cada vez mais humanos.

A Educação brasileira, do ponto de vista interno foi marcada seu início, pela exclusão, pela presença da Igreja Católica, através dos Padres Jesuítas que vieram para o Brasil com o propósito de catequizar só índios. Saviani (2005) afirma que Poderemos considerar como marco inicial da história da educação brasileira a chegada dos Jesuítas em 1549. Assim como, o regimento educacional formulado pelos Jesuítas, a mando do Rei de Portugal, D. João II, contendo aquilo que poderia ser considerado a nossa primeira política educacional.

O modelo de ensino jesuíta marca seu fim, através do Alvará de 28 de junho de 1759, que determinava o fechamento dos colégios jesuítas e os mesmos foram expulsos do Brasil, por Pombal. Dando lugar, a pedagogia pombalina 1759 – 1827 Que segundo Saviani (2005) corresponderia aos primeiros ensaios de se instituir uma escola pública estatal, com a introdução das aulas régias. A reforma pombalina traz um novo marco na história da educação, quanto à filosofia de ensino quando contrapõe a ideia predominante religiosa.

1872

As reformas pombalinas se contrapõem ao predomínio das ideias religiosas e, com base nas ideias laicas inspiradas no iluminismo, instituem o privilégio do Estado em matéria de instrução, surgindo, assim, a nossa versão da —educação pública estatall. (SAVIANI, 2005).

O curioso é que, ao refletirmos sobre a decisão de fechar as escolas jesuítas, o estado parece ter ficado desprovido de espaço físico para sediar as aulas régias que tinha como objetivo principal o ensino de nível secundário, em especial as classes de latim. Vale ressaltar que, até então, somente as pessoas de gênero masculino, filhos de nobre poderiam estudar. Passando para o professor a responsabilidade de providenciar a logística, o local geralmente em sua própria residência. Assim como os recursos pedagógicos. O Estado limitava-se ao pagamento do salário do professor e as diretrizes curriculares. (SAVIANI, 2005).

A mulher negra, branca e Indígena assim como, o negro e as pessoas de baixa renda e com deficiência no período colonial não lhes eram dado o direito ao estudo. A mulher era considerada um ser inferior de propriedade do homem juntamente com os escravos e animais domésticos. A ela bastava saber cuidar da casa e dos filhos. A instrução era reservada aos homens.

A condição de exclusão da mulher brasileira, durante o século XVI não era diferentes das

mulheres ibéricas, que também não tinham acesso à Educação. Na visão quinhentista da época, as portuguesas faziam parte do *Imbecilitus Sexus* uma categoria que se enquadravam crianças, mulheres e doentes mentais. (RIBEIRO¹, 2007)

A autora afirma ainda que:

A trajetória da ausência da educação feminina coincide também com a história da construção social dos gêneros, das práticas da sexualidade e da servidão no Brasil. O corpo feminino deveria servir ao português. Miscigenar, verbo muito utilizado para explicar essa mistura, tinha o objetivo de juntar sexualmente corpos de raças e etnias diferentes, em condições sociais igualmente diferentes (ALGRANTI, 1993 Apud. RIBEIRO 1996).

Não muito diferente da condição da mulher negra, indígena e branca no Império Colônia, o homem negro, índio, deficiente e pobre tiveram suas histórias no Brasil, de exclusão social, desde sua origem até os dias atuais. Pois o acesso a Educação, no Império Colônia foi privilegio do gênero masculino e que, estes fossem filhos de nobre e sem defeitos.

Registra que, o acesso a Educação, foi privilegio do gênero masculino e que, estes fossem filhos de nobre e sem defeitos. Direito também, negado aos escravos negros, quando chegaram ao Brasil por volta de 1502. A educação, para a mulher negra, indígena e branca, tiveram suas histórias de evolução no Brasil de exclusão, sendo cada seguimento, hora desigual pela condição social, hora pela particularidade de cada seguimento. Registra que só através do, (Ato Adicional de 1834 e reforma Couto Ferraz de 1854), criou o ensino primário e secundário. Durante o período do Império Brasileiro, foi que as mulheres começaram paulatinamente, ter acesso a instrução das primeiras letras, não podendo prosseguir ao ensino secundário, pois este era destinado ao gênero masculino. (RIBEIRO, 2007).

É oportuno registrar que foram os índios, os primeiros a reivindicar o direito de estudo as mulheres, Ribeiro, (2007) Poucos sabem que a primeira reivindicação pela instrução feminina, partiu dos indígenas, quando pediram que os padres enviassem uma carta à Rainha D. Catarina, solicitando educação para suas mulheres. Para autora, os Índios,

Na simplicidade natural de sua cultura primitiva, o indígena que via na mulher uma companheira não via razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Não viam o perigo que pudesse representar o fato de suas mulheres aprenderem a ler e a escrever, como os brancos os preveniam. Condenar ao analfabetismo à ignorância o sexo feminino lhes parecia uma ideia absurda. Isso porque o trabalho tanto do homem, como da mulher indígena era considerado equitativo e socialmente útil. Não havia disputa entre um sexo e outro. (RIBEIRO, 2007).

Devido à condição de escravo, diferentes dos índios que foram catequizados pelos Padres Jesuítas, os negros não recebiam nenhum tipo formação. A história registra que, a chegada dos escravos negros no Brasil, não tem uma data precisa, haja vista, as controversas entre os autores

da área, por causa, da inexistência de documento confiável, devido à escassez de pessoas escolarizadas que pudesse registrar estas experiências.

Em relação às pessoas com deficiências, neste caso, podendo ser de gênero feminino ou masculino, de origem negra ou branca, ou de classe social rica ou pobre, eram tratadas como inválidos.

Em, Esparta, crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono. Tais atitudes eram perfeitamente congruentes com os ideais morais da sociedade classista da época, em que a eugenia e a perfeição do indivíduo eram extremamente valorizadas. Já a Bíblia traz referências ao cego, ao manco e ao leproso — a maioria dos quais pedintes ou rejeitados pela comunidade, seja pelo medo da doença, seja porque se pensava que eram amaldiçoados pelos deuses. (SAMPAIO, 2009, pg. 35)

No Brasil a história da educação para as pessoas com deficiências também, não foram muito diferente, há também relatos de crianças com deficiência que eram abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam, (JANNUZZI, 2004, p 9) apud (FERNANDES, SCHLESENER e MOSQUERA 2011, p. 135) dessa forma, assim como eram excluídos do convívio em sociedade, também eram excluídos da educação.

1874

Diante do exposto, Mazzotta (2005) apud Fernandes, Schlesener e Mosquera¹⁵ (2011, p. 137) diz que:

O período de 1854 a 1956 foi marcado por iniciativas oficiais e particulares isoladas. O atendimento escolar especial para os indivíduos com deficiência teve início no Brasil, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamim Constant) pelo Imperador Dom Pedro II (1840-1889) por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854.

Ribeiro (2007) explica que É interessante lembrar, nesse momento, que o tipo de colonização que ocorreu no Brasil foi bastante diferenciado do ocorrido nos Estados Unidos, à chamada Nova Inglaterra. Ao contrario dos colonos, os colonizadores que vieram para o Brasil de Portugal vieram desprovidos de pertences domésticos, seus instrumentos musicais, sua cultura e de suas famílias. Seus objetivos eram só os negócios lucrativo, portanto, não tinham interesse em construir prédios pra educação, lazer, igrejas e nem casa, pois seus lares eram em Portugal. A educação, era voltada a catequese e as primeiras letras, no sentido de amansar os índios, parece ser esta, a missão dos Jesuítas.

Buscamos entender a história da educação no Brasil, para podermos talvez compreender a dinâmica da exclusão educacional no século XXI, cuja, mudanças de paradigmas foram várias,

mas sempre buscando atender a classe dominante do poder econômico e ideológico no Brasil.

Muito se fez nas últimas décadas na Educação Brasileira, entretanto, muito pouco se fez se compararmos ao débito, com os historicamente excluídos da educação no Brasil. Aqui vamos direcionar nossa reflexão como aconteceram o acesso à educação pública no Brasil, para efeito didático de nosso estudo.

Neste sentido, entender a matriz originária do povo brasileiro, se fez necessário à explicação de Ribeiro, (2007). Que bem no início o gênero masculino formado pelos índios, pelos negros e pelos colonizadores, que juntos com os nobres, também vieram de Portugal os degradados. Homens que foram requisitados pela Coroa para ajudarem na colonização. O que chama atenção é o caráter desses homens que foram enviados, trata-se de indivíduos tirados da cadeia; ladrões, saqueadores, bêbados, assassinos.

Quanto ao gênero feminino foram formadas pelas mulheres indígenas, a mulher portuguesa, branca e mais adiante a mulher negra, escrava dos donos do poder na época. A autora afirma que dessa tríade cultural feminina surgiria o molde genético da mulher brasileira, que perduraria por mais de trezentos anos.

A cultura de exclusão, somado pela força ideológica do sistema capitalista excludente, me parece explicar a desigualdade social, machista, racista e discriminatória que assombra até os dias atuais. O analfabetismo, ainda é uma marca da exclusão brasileira e visível através de números presentes nas estatísticas educacionais.

1875

Em comunidades negras e em lugares com população de baixa renda, ainda é possível encontrar no século XXI, povoado com todos seus habitantes analfabetos e em especial negros e mulheres, que nunca tiveram acesso a Educação.

Conforme, noticiário G1/PA. (14/08/2013), o MPF ingressou com ação contra a SEDUC, para contratação de professores e inclusão da comunidade, que tinha na época, cinco gerações analfabetas.

Uma pesquisa de campo realizada em 2006 e em 2008, pela Universidade Federal Fluminense – DATAUFF, com apoio da FAO e do PNUD, em cerca de 200 comunidades quilombolas, na maior parte dos Estados brasileira. Entre, as áreas pesquisadas, a Educação cujo, os dados são relevantes.

A pesquisa realizada em 2006 mostra que dos entrevistados 31,7% eram sem escolaridade, 38,0% estudaram até o 4º ano. Se somarmos, os que não tinham escolaridade com os que estudaram até o 4º ano, cerca de 70% de quilombos tinham formação muito baixa. Em 2008, dos 2.260

entrevistado, 55,9% eram analfabeto ou analfabeto funcional, DATAUFF (2008).

Mesmo com a evolução da sociedade, a presença do Estado enquanto Instituição foi aquém da necessidade brasileira no campo educacional, acumulando um déficit incomparável para as gerações futuras. A dívida ainda é maior, quando se refere aos negros, as mulheres e as pessoas com deficiência. Seguidores da sociedade, que por muito séculos foram excluído, não só da educação. Quanto, a educação dos negros, a Ministra Matilde Ribeiro, assim se reportou a este assunto.

O Brasil Colônia, Império e República tiveram historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno, e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (RIBEIRO, 2004 p. 5).

Em algumas regiões do País, seria mais fácil falar de exclusão de que em inclusão. Talvez nem se saiba como seria estudar e trabalhar em uma escolar com padrão de qualidade de excelência. Haja vista, ser normal, remediar com escasseis do necessário básico, em uma escola. Parece que se acostumou trabalhar e estudar em escolas sem as mínimas condições necessárias, a esta condição Freire afirma que:

Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, criar no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento dos braços. —Não há o que fazer! é o discurso acomodado que não podemos aceitar. (FREIRE, 1996, p. 67).

Para Araújo, Doutor em Educação, ex-secretário de Educação no Município de Belém, presidiu também o INEP, autor do livro sobre o CAQ, em entrevista, na ocasião do lançamento de seu livro sobre o CAQ, em Belém ao Diário Online, afirma que o CAQ —foi levado, em 2010, para o gabinete do ministro. Agora, em maio, vai completar 6 anos que o projeto está na gaveta. O Autor afirma ainda que,

Na Constituição o Brasil reconheceu as desigualdades territoriais e esse tem reflexo nas políticas públicas. Então, é preciso combater essas desigualdades. Na educação, há a necessidade de se ter um padrão mínimo de qualidade, seja o serviço prestado em São Paulo ou Brasília. De 1988 para cá, esses padrão nunca foi regulamentado. E o que aconteceu na prática? Como os municípios são muitos desiguais, os serviços que eles prestam também são dispare. Então, você tem escolas que não tem banheiro, professores que não têm qualificação e o cidadão não está sendo tratado com o mesmo patamar de igualdade. (LUÍS ARAÚJO, 2016, p. 10 e 11)

Araújo continua:

Pensar em Inclusão na Educação é necessário que o Estado Brasileiro assuma seu papel de mantenedora da escola dotando-a com condições de atendimento para todos que dela procurarem, sem discriminação em todas as regiões do País. Pensar na qualidade a partir da estrutura da escola, condições de trabalho, material pedagógico e didático, valorização dos profissionais da educação. A escola estatal, para Saviani (2005) é escola organizada e mantida pelo Estado e abrangendo todos os graus e ramos de ensino. Mas a frente, o autor continua, {...} Isso significa que cabe ao Poder Público responsabilizar-se plenamente por elas, o que implica a garantia de suas condições materiais e pedagógicas. Tais condições incluem a construção ou a aquisição de prédios específicos para funcionar como escolas; a dotação e manutenção nesses prédios de toda a infraestrutura necessária para o seu adequado funcionamento; a instituição de um corpo de agentes, com destaque para os professores, definindo-se as exigências de formação, os critérios de admissão e a especificação das funções a serem desempenhadas; a definição das diretrizes pedagógicas, dos componentes curriculares, das normas disciplinares e dos mecanismos de avaliação das unidades e do sistema de ensino em seu conjunto. (SAVIANI, 2005, p.4)

1877

Nos dias atuais não podemos pensar em educação inclusiva sem levar em consideração que, com base na leitura de Tedesco (2002) A essência da cidadania moderna é, precisamente, a pluralidade de âmbitos de desempenho e a construção da identidade a partir precisamente desta pluralidade e não apenas um eixo dominante e excludente. Em termos educativos, o desenvolvimento deste sentido plural de pertinência, que combine a adesão e a solidariedade local com a abertura às diferenças, implica introduzir massivamente nas instituições escolares a possibilidade de realizar experiências que fortaleçam este tipo de formação. Relativamente a isso, todos os diagnósticos indicam a existência de um significativo déficit de experiências democráticas e pluralistas na sociedade. A escola é um âmbito privilegiado para o desenvolvimento de experiências deste tipo, que possam ser organizadas com propósitos educacionais.

Pesquisas mostram que investimento se fez nos últimos anos e várias políticas públicas foram implementadas na área educacional. Contudo, um estudo elaborado por Andreas Schleicher – diretor adjunto da OCDE – para Educação, afirma que entre 2000 e 2009 o Brasil foi à nação mais dinâmica do mundo, e melhorando o ensino fundamental e médio, mas piorando o superior. E que

—ao longo da década, o Brasil recuperou parte de seu déficit educacional investindo na área o equivalente a 5,5% do seu PIB, embora o dado ainda seja inferior à média da OCDE, de 6,25%.

O Brasil, ainda carece de muitos investimentos para diminuir as desigualdades sociais, haja vista que entre 164 países que UNESCO, mede a educação, o Brasil ocupa 88º lugar no ranking mundial, e entre 188 nações que a UNESCO, mede IDH, o Brasil ocupa 79º lugar no ranking mundial e no índice de desigualdade de gênero, o país aparece na 92ª posição entre 159 países analisado. Segundo ainda, UNESCO, o Brasil é a oitava maior população de adultos analfabetos do mundo.

Tudo é uma questão de decisão de prioridades de política pública e de querer fazer, a educação inclusiva precisa de uma decisão política dos quem tem o poder de ordenar recursos financeiros de forma suprir a carência educacional e fazer acontecer de forma qualitativa.

METODOLOGIA

Este estudo adota a técnica de grupo focal com entrevistas semiestruturadas e observação sistêmica, valorizando metodologias de inspiração construtivista. No processo de análise, os dados produzidos pelas diferentes fontes, grupo focal e entrevista semiestruturada, foram construídos, gerando redatores de análise.

A Metodologia para obtenção dos dados inclui: Localização e População do estudo. Descrição do Instrumento Metodológico (Técnicas e conceitos dos instrumentos metodológicos para obtenção das informações utilizadas no trabalho empírico); Etapas e atividades do trabalho (descrição dos depoimentos, entrevistas e observações); Aspectos éticos.

Embasado em pressupostos da pesquisa qualitativa, este trabalho, buscou como afirma Gil (2017), mediante a modalidade de entrevistas semiestruturadas, a compreensão do tema, a partir da seleção de amostras, à coleta de dados e sua análise. Em seguida, utilizando-se de um processo adequado, dar respostas às questões da pesquisa, selecionando as informações pertinentes à produção de conhecimento sobre o fenômeno estudado.

Como esta modalidade de análise não se restringe apenas a quem colhe os dados, mas há na entrevista um intercâmbio de conhecimento entre o pesquisador e o entrevistado e o que dizem os teóricos que se debruçam na dimensão de uma educação que acolha e faça a inserção, tornando a pesquisa uma escuta produtiva e basilar daquilo que se ouve.

A rede de interação que se forma já garante de ambas as partes uma produção sistemática da que se propôs a pesquisar. Também se faz necessário enfatizar que tal procedimento que é

sistemático, pois relaciona o fenômeno investigado a outras categorias, é que dará o norte na redação que se manifestou nessa inter-relação (SORDI, 2017) de informações imprescindíveis entre as categorias em análise.

Numa pesquisa qualitativa, os dados coletados manifestam uma constante relação dialógica, porque quem pesquisa tem que se acercar do fenômeno em questão, demonstrando assim um entrelaçamento dos sujeitos para que se gere uma linha condutora da experiência que se propõe a narrar. Daí, depreender que sem um deixar-se envolver por parte de quem é pesquisador, não adentrará em hipótese alguma, a complexidade do fenômeno que se encontra muitas vezes entranhado no mais íntimo de cada entrevistado. Segundo Gil (2017), em vez de se inferir aos entrevistados termos como “por que”, para não transparecer que é para verificar “relações de causa-efeito”, seria bom levar em consideração ao iniciar essa investigação termos mais abertos e abrangentes, tais como: “o que” ou “como”: ir à causa para elucidar as consequências.

Assim, tratar-se-á de uma pesquisa de estudo de casos múltiplos, analisando algumas contribuições prático-teóricas já existentes sobre o tema e sua contribuição na prática docente para uma educação que vise uma inserção humanizadora e sensível, evidenciando, conforme Gil (2017), que quando dois ou mais casos de um mesmo fenômeno têm uma e somente uma condição em comum, essa pode ser considerada a causa (ou efeito) do fenômeno.

1879

Nessa abordagem, por se utilizar de entrevistas semiestruturadas, o ambiente em que as entrevistas foram realizadas propiciou a espontaneidade dos informantes, pois o ato de simplesmente ouvir delega ao falante poder de se expressar sem que alguém o interrompa para ratificar ou não a sua explanação, ausente em quem entrevista, porque distante do “juízo de valores e análise concomitante ao processo de escuta” (GIL, 2017).

O entrevistado tem a palavra e quem pesquisa se fixa apenas no relato de suas experiências, evitando dessa maneira que pressupostos ou comparações influenciem em sua linha de pensamento e interfiram no processo de produção de conhecimentos. Como assevera Sordi (2017), é uma incorporação de alguém que assume a postura de um expectador atencioso e em sintonia ao que se relata.

Assim, o pesquisador ao esvaziar-se do juízo de valor em relação ao que se fala pelo entrevistado, não se distancia do fenômeno estudado, mas ao contrário vai ficando mais evidente o que os teóricos lhe indicaram nos estudos realizados. Ainda de acordo com Sordi (2017), é um exercício de retirada, mesmo que seja momentaneamente, dos preconceitos sociais, crenças ou

suposições existentes, a fim de ir direto para a visão pura e livre do que uma coisa essencialmente é.

Em todos os momentos com os entrevistados, sobressaiu-se o que Sordi (2017) chama de “entrevista em profundidade”, pois, segundo ele, vem assinalada três fases: no primeiro momento, vêm à tona os contextos de experiências do ponto de vista de quem fala e de quem escuta: o entrevistado tem algo a falar ao pesquisador, o pesquisador propõe-se a escutar; no segundo, os entrevistados revisitam todas suas trajetórias vivenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs analisar a Educação Inclusiva buscando respostas às indagações de educadores. Durante as análises constatou-se que há vários entraves que dificultam a acessibilidade na relação pessoal e da prática pedagógica. Contudo, a partir do momento que se começou a desfolhar literaturas sobre o assunto, descobriu-se que existem muitos autores e pesquisadores preocupados em buscar inovação na educação, no caminho da educação inclusiva. Que deixa a educação inclusiva entusiasmada e otimista quanto à possibilidade de inovação de uma educação que busque incluir todos e todas.

1880

Através da investigação constatou-se que a concepção de educação inclusiva se confunde com educação especial, Mas, observa-se que em várias literaturas estudadas também, acontece à mesma conotação. Pensa-se que no processo de construção desse novo paradigma, serão dirimidos esses conceitos.

Através da investigação com gestores municipais se constatou que a rede municipal de ensino de está desprovida de profissionais capacitados para atender a educação Especial. Assim como, as escolas não estão preparadas pedagogicamente, didaticamente e logisticamente para atender pessoas com deficiência. Esta realidade converge para a afirmação de Brandão: Os dirigentes do País idealizam a educação diferente de como é idealizada pelos que praticam a educação.

Um dos entraves repetidos pelos entrevistados é a falta de conhecimento acerca de educação inclusiva, e educação especial. Deixando-nos o sentimento de superação da exclusão escolar e consequentemente social, à medida que se implante políticas de formação continuada, para qualificação profissional na área.

A falta de formação continuada foi argumento em várias respostas questionadas. A formação dos profissionais da educação, quanto ao conhecimento sobre educação inclusiva, parece

ser uma das principais dificuldades apontada na investigação, que se traduz em um grande desafio, pois ainda, segundo a pesquisa não se conta com uma política educacional pautado nos princípios inclusivos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A., DA DOLT, S., & GOUVEIA, V. H. . **Comunidades quilombolas no brasil: Características socioeconômicas, processos de etinogênese e políticas sociais**. Niteroi: EDUFF, 2010.

BRANDÃO, C. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007

FERNANDES, F.; SILVESTRI, S. Aprendizagem lúdica: o processo de alfabetização e letramento por meio dos jogos e brincadeiras. **Revista Gepes Vida**, 2019.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia de Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2017. habilidades/superdotação: vol.3: o aluno e a família. Brasília, DF: MEC/SEE, 2007.

habilidades: orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007. <http://www2.fe.usp.br/~etnomat/site-antigo/anais/PaulusGerdes.html>

LOMBARDI, J. C. SAVIANE, D. NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.) **Escola Publica no Brasil: história e Historiografia**. Campinas, SP: HISTEDER, 2005. (**Coleção Memória da Educação**)

MOSQUERA., L. B. (14 de maio de 2011). Acesso em 25 de Novembro de 2017, disponível: www.fap.pr.gov.br/.../File/.../Arto8_NEPIM_Volo2_BreveHistoricoDeficiencia.pdf:

ARAUJO, L. (24 de abril de 2016). <http://www.diarioonline.com.br/noticias-interna.php?nldNoticia=36668>. Acesso em 30 de abril de 2016, disponível em <http://www.diarioonline.com.br/noticiasinterna.php?nldNoticia=36668>

RIBEIRO, A. I. **A educação das mulheres no século XIX: o colégio de caroina e Hércules Florence de Campinas (1863-1889): História sociedade e educação no Brasil - grupo de estudos e pesquisas**. São Paulo: UNICAMP, 1996.09

SAMPAIO, C. SAMPAIO, Sonia Maria. **Educação Inclusiva: O Professor mediador para a vida**. Salvador: EDUFPA, 2002

SILVA, M. 2009 in LUNAS, A. d., C. & ROCHA, E. N. **Práticas Pedagógicas e Formação de Educadores (as) do Campo: Caderno Pedagógico de Educação do Campo**. Brasília: Dupligráfica, 2009.

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. São Paulo.Saraiva, 2017.

TEDESCO, J. C. **O novo Pacto Educacional: Cidadania e Competitividade na Sociedade Moderna.** Madrid: Anaya, 1995.